

Indexação de periódicos e qualidade de publicações na área médica

Gilberto Perez Cardoso

*Professor Titular de Medicina Interna da Universidade Federal Fluminense
Vice-Coordenador do Programa Stricto Sensu em Ciências
Médicas da Universidade Federal Fluminense*

Quando alguém envia um artigo para publicação numa revista médica, a maior satisfação que tem é vê-lo aceito e publicado, em especial se a revista que o publicou é “indexada”. O fato de o artigo ser publicado num periódico “indexado” resulta numa agradável sensação de vitória.

Essa vitória, entretanto, nos dias atuais pode ser bem relativa. Isso porque muitos na área médica ignoram, até mesmo por falta de divulgação, de informação, o que acontece no mundo das publicações científicas, dentro do qual a área médica também se enquadra.

Há muito tempo que a comunidade científica de nosso país, em sintonia com o que já ocorre há muito tempo em países mais adiantados, em especial no campo da Física, Química e Biologia, adota a classificação dos periódicos indexados de suas respectivas áreas segundo critérios que privilegiam metas ditas “de qualidade”.

Mais recentemente, a área médica em nosso país, representada por colegas nossos participantes da CAPES, órgão do MEC, e do CNPQ, ligado ao MCT, também vem adotando critérios para estabelecer um “ranking” de revistas, segundo uma classificação baseada em sua “qualidade científica”.

Isso significa que um artigo publicado numa revista “X” poderá pontuar mais do que se publicado na revista “Y”, desde que a revista “X” esteja melhor classificada neste ranqueamento do que a revista “Y”.

E como a CAPES e o CNPQ classificam as revistas médicas? Inicialmente, é bom informar quem, nesse caso, é a CAPES e quem é o CNPQ.

A CAPES na área médica é formada por uma equipe de professores-pesquisadores médicos,

coordenadores de cursos de mestrado ou doutorado reconhecidos nacionalmente pela CAPES/MEC; os coordenadores desses cursos reconhecidos de todo o país votam num nome que, eleito, chama-se “representante de área”; esse “representante” eleito escolhe cerca de 15 a 17 outros coordenadores que com ele formam um grupo de “pares”. Esses “pares” avaliam os cursos de pós-graduação em todo o país e estabelecem, com os “representantes” de outros cursos de diferentes profissões da área da saúde, os critérios de classificação das revistas.

As revistas médicas são então classificadas e passam a corresponder a certas pontuações, que são levadas em conta na avaliação dos cursos de pós-graduação. O peso dessas pontuações é bastante grande na classificação (nota) de um curso durante o processo de avaliação. Diríamos que o peso das publicações de artigos em revistas é pelo menos de cerca de 30 a 40% do total considerado na avaliação de um curso.

Um processo semelhante ocorre no âmbito do CNPQ. Daí se entender o porquê da correria atual em se tentar publicar em “boas revistas” (as de classificação alta) e também do esforço na tentativa da qualificação de uma revista (fazê-la melhorar no “ranking”).

Vamos agora dar uma idéia sobre a atual classificação de revistas adotada pela área médica da CAPES, segundo informações que obtivemos.

No topo da classificação situam-se as revistas tidas como INTERNACIONAL “A” e INTERNACIONAL “B”. Essas revistas são as mais cobiçadas para se publicar um artigo. São chamadas de

INTERNACIONAL porque são consideradas revistas de "circulação internacional".

Pode haver entre elas alguma revista brasileira mas, neste caso, a revista, embora sendo "nacional", é considerada de "circulação internacional". Essas revistas possuem FATOR DE IMPACTO (FI). FI vem a ser um índice idealizado por um organismo chamado ISI (*Institute for Scientific Information*) especializado em Cienciometria. Cienciometria é um ramo da Ciência que se especializou em fazer estatísticas bibliométricas, contando artigos, autores, citações de autores, etc...

Para quantificar esses procedimentos, os técnicos do ISI criaram índices. O FI mede o impacto de uma revista (e os artigos nela publicados) sobre a comunidade científica que lê os artigos publicados nessa revista. O FI é tanto maior quanto maior o volume de citações, num certo tempo, em outras revistas, dos artigos publicados na primeira revista. É dado por uma fórmula matemática. Há grandes limitações e algumas distorções, sobejamente apontadas pela própria comunidade científica, no uso do FI nos ranqueamentos de periódicos. Mas isso requereria um outro artigo para esclarecimento geral.

Uma revista é INTERNACIONAL "A" quando o FI dessa revista é maior que a mediana dos FI de todas as revistas com FI da área considerada. Uma revista INTERNACIONAL "A" é considerada uma revista "nobre", com FI "nobre". Revistas com FI abaixo da mediana são consideradas INTERNACIONAL "B". Artigos publicados nessas revistas pontuam também, mas um pouco menos.

Logo abaixo vêm as revistas INTERNACIONAL "C". Estas são as que não possuem FI (não estão na classificação do ISI, considerada a classe mais "nobre") mas estão no MEDLINE, o que já possui alguma importância para a CAPES. Um artigo publicado numa revista que esteja no MEDLINE já pontua algo significativamente. Há algumas (poucas) revistas brasileiras no MEDLINE. Quem precisa pontuar bem automaticamente é induzido a tentar publicar preferencialmente nessas classes de revistas, preferencialmente aquelas que pertencem ao ISI.

Em seguida, a classificação refere-se às revistas "de circulação NACIONAL". Curioso é que uma revista

estrangeira, mas que não tenha FI (não pertença ao ISI) e também não esteja no MEDLINE, é classificada como de "circulação" NACIONAL.

Revistas NACIONAL "A" são as que se encontram no SCIELO. O SCIELO é um banco de dados eletrônico formado no Brasil que vem procurando, ao longo do tempo, mediante aplicação de critérios rigorosos, abrigar boas revistas nacionais. Tanto é que estar no SCIELO confere à revista o qualificativo de ser NACIONAL "A".

Revistas NACIONAL "B" são aquelas indexadas no LILACS e as demais revistas de sociedades médicas que não estão no SCIELO. Infelizmente, publicar nessas revistas não pontua significativamente pelos critérios da CAPES, o que tem trazido maior dificuldade ainda, nesse sentido, para seus editores, porque estas revistas têm dificuldade em captar artigos de excelência para publicação. Isso porque, dirigidos pelas regras acima expostas, os autores tentam sempre publicar seus artigos em revistas com alto FATOR DE IMPACTO.

Por fim, periódicos que nem estão no LILACS são classificados como NACIONAL "C". Na classificação da CAPES nada pontuam.

É importante considerar que esta é uma classificação adotada pela CAPES, que se baseia num rigoroso critério de avaliação científica, critério com o qual nem todos têm estado de acordo.

Polêmica à parte, pessoalmente aprecio muito o trabalho dos editores de revistas nacionais. Lutam com enormes dificuldades para manter suas revistas ativas e com edição pontual. Essas sobrevivem, muitas vezes, com grande sacrifício e enfrentam ainda a barreira da língua, já que publicar diretamente em inglês, atualmente, é uma grande vantagem para se situar nos níveis mais altos da classificação.

A iniciativa da SCIELO, genuinamente nacional, vem sendo uma boa oportunidade para abrigar bons periódicos nacionais, conferindo-lhes maior visibilidade científica e estimulando a publicação, nessas revistas, de artigos de boa qualidade.

No estágio atual, a entrada na SCIELO e, em seguida, no MEDLINE, parece ser uma boa iniciativa para tornar um periódico mais visível para a comunidade científica. ■